

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.381 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2001



Ricardo Santos (ao lado de Moreira Mendes) apresentou substitutivo ao projeto sobre drogas

Comissão analisa mudanças na lei antidrogas

Projeto atualiza normas de prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão

A Comissão de Educação analisa hoje substitutivo do senador Ricardo Santos a projeto do deputado Elias Murad que estabelece normas de prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e drogas afins.

Segundo Ricardo Santos, o substitutivo tem o propósito de atualizar a legislação antidrogas. O texto determina a inclusão de orientação escolar nos três graus de ensino, como medida de prevenção.

PÁGINA 3



Tebet conversou com o presidente da Câmara sobre projeto que aumenta benefícios do IPC

Projeto do IPC não é o que a sociedade espera, diz Tebet

PÁGINA 2



Plenário inicia as votações da semana apreciando a venda de crédito com a Polônia

1

Senado vota hoje venda de crédito com a Polônia

PÁGINA 4

2

Obra de arte visual pode ser protegida contra falsificadores

PÁGINA 5

3

Plenário discute sigilo de dados recebidos do Executivo

PÁGINA 5

Parlamentares examinam acordo para combater vôo ilícito

Texto que prevê cooperação entre Brasil e Paraguai para troca de informações e capacitação de pessoal especializado no controle de tráfego aéreo está na pauta da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

PÁGINA 4

Tebet diz que aumento de benefício a associados do IPC "é inconveniente"

Presidente do Senado busca, em conversa com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, solução para o caso. Projeto aguarda promulgação para entrar em vigor

O presidente do Senado, Ramez Tebet, telefonou ontem para o presidente da Câmara, Aécio Neves, para conversar sobre o projeto de resolução que concede 13º salário aos ex-parlamentares sócios do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). Para Tebet, a matéria "é inconveniente" e sua aprovação "não é nada salutar".

— O projeto é impróprio para o presente momento, ele positivamente não reflete o que a sociedade espera, não atende aos interesses da sociedade no momento — afirmou.

Segundo Tebet, Aécio concordou com essa avaliação e já marcou reunião com as lideranças na Câmara para amanhã, com o propósito de encontrar solução para o assunto. O projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado, e o texto final apenas aguarda promulgação para entrar em vigor.

Tebet disse que, apesar de con-

siderar a matéria "despropositada", cumprirá o que a legislação determinar para o caso. "Eu cumpro a lei, sou escravo da lei", ressaltou. Aécio garantiu que só fará esse encaminhamento depois da reunião com os líderes.

13º SALÁRIO

O projeto aprovado na semana passada na Câmara adapta aposentadorias e pensões provenientes do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) às normas em vigor, igualando esses benefícios aos recebidos pelos servidores públicos civis da União. Assim, estende aos titulares das aposentadorias e pensões do IPC benefício análogo ao 13º salário.

A matéria foi aprovada pelo



Tebet considera matéria "despropositada", mas garante que cumprirá a lei

Plenário do Senado em junho deste ano, em votação simbólica. Os senadores Heloísa Helena (PT-AL), Roberto Freire (PPS-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentaram votos contrários.

A sessão foi presidida pelo então senador Jader Barbalho. O atual presidente do Senado, Ramez Tebet, estava licenciado por ter assumido o cargo de ministro da Integração Nacional.

Aplicação de "royalties" de petróleo é discutida na CI

Projeto que cria conselhos para acompanhar a aplicação de recursos obtidos com a exploração do petróleo está na pauta da reunião que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza hoje, às 14h. De autoria do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a matéria tem o objetivo de envolver a sociedade na decisão de como serão gastos os royalties ganhos por estados, municípios e pela



Saturnino: projeto amplia transparência da despesa pública

União com o petróleo existente em seus territórios.

"O acompanhamento social do emprego dos recursos é tarefa essencial e amplia a transparência da despesa pública", ressaltou Saturnino. Ele acrescentou que a criação dos conselhos seguirá o mesmo padrão adotado nas áreas de saúde, assistência social e emprego, e que não implicará elevação de gastos para as três esferas de governo.

Conselho de Ética vota hoje relatório sobre Luiz Otávio

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar votará hoje, às 17h, relatório elaborado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) sobre denúncias de envolvimento do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) no desvio de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos foram repassados pelo Banco do Brasil, em 1992, às empresas Ebal e Rodomar, para a construção de 13 balsas que não teriam sido construídas.

Apesar de não adiantar o conteúdo do seu relatório, Heloísa

Helena disse ter convicção da existência de jurisprudência no Supremo Tribunal Federal e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que permite a abertura de processo em casos de crimes contra o sistema financeiro e de administração pública, praticados antes mesmo do mandato parlamentar.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar é presidido pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e tem o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) como vice-presidente.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2001

PRESIDENTE

9h30 — Participa do lançamento do projeto Fome Zero — Uma Política de Segurança Alimentar para o Brasil — Auditório Petrônio Portella

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: Comemoração do Dia Mundial da Alimentação, nos termos do Requerimento nº 578/01, de autoria do senador Osmar Dias.
Pauta: 7 itens, incluindo o que extingue cargos na Justiça Militar da União.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: 12 itens, incluindo projeto que institui o Plano Nacional de Bolsas de Estudo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista da MP nº 2196-3 — Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea)
Pauta: Audiência pública para ouvir, entre outros convidados, Antônio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e Manoel José dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Educação
Pauta: 2 projetos, incluindo o que dá nova legislação ao combate de entorpecentes e drogas afins. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: 2 projetos, incluindo o que institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Continuação da discussão do relatório preliminar do Orçamento 2001. Plenário 2 da Câmara dos Deputados

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: discussão e votação do relatório da senadora Heloísa Helena sobre a Denúncia nº 1/00, contra o senador Luiz Otávio. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
Pauta: Decreto legislativo que trata da cooperação entre o Brasil e o Paraguai para o combate de aeronaves ilícitas transnacionais; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

17h30 — CPI das ONGs
Pauta: Depoimento do deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, da Câmara dos Deputados. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagem do Executivo que indica Andrea Matarazzo para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália; entre outros. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

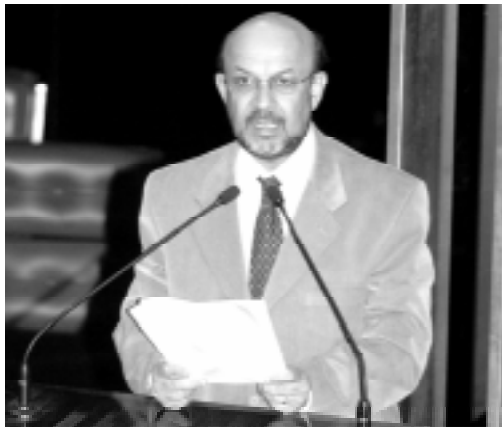
Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Educação vota projeto que atualiza lei antidrogas

Substitutivo de Ricardo Santos a proposta da Câmara dos Deputados que estabelece normas de prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão a substâncias entorpecentes está na pauta da CE

Volta à pauta da Comissão de Educação (CE), hoje, substitutivo do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que estabelece uma nova legislação para o combate ao uso e tráfico de entorpecentes. A matéria original é de autoria do deputado Elias Murad (PSDB-MG) e detalha normas que vão desde a prevenção e o tratamento de dependentes até o controle e repressão da venda ilícita de drogas.

Na última reunião da comissão, dia 9, foi concedida vista coletiva da matéria, que, na definição de Ricardo Santos, tem o propósito de atualizar a legislação antidrogas. Entre as novidades constantes na proposta, está a inclusão de orientação escolar nos três graus de ensino, como medida de prevenção, a



Ricardo Santos apresentou substitutivo ao projeto do deputado Elias Murad

disponibilização dos serviços de saúde estatal para tratamento do usuário de drogas e a instituição da pena de reclusão, de três a 15 anos, ou multa para os infratores.

São considerados ilícitos, conforme o projeto, os produtos, as substâncias ou as drogas que causem

dependência física ou psíquica, especificados em lei e tratados internacionais firmados pelo Brasil.

Na reunião de hoje, também será analisado projeto que dá ao aeroporto de Guarulhos a denominação "Aeroporto Internacional de São Paulo/ Guarulhos – Governador André Franco Montoro".

Patrocínio elogia ação do governo contra o tráfico

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou o trabalho que vem sendo realizado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e pela Secretaria Nacional Antidrogas no combate à estrutura financeira do crime organizado. Essa ação, afirmou, está sendo essencial para reduzir "o raio de manobra" dos traficantes.

Patrocínio lembrou a transformação em lei da medida provisória que permite a alienação dos veículos e outros bens apreendidos de traficantes de drogas, colocando os recursos à disposição da União, e ressaltou que "é preciso quebrar a espinha dorsal do narcotráfico, golpeando seus ativos financeiros, seus bens e suas rendas".

Para dar continuidade ao trabalho de repressão ao tráfico de drogas, Patrocínio defendeu medidas que propiciem maior agilidade na alienação e na utilização dos bens e valores apreendidos

em poder dos narcotraficantes pela Polícia Federal e demais autoridades. Na avaliação do senador, uma das formas mais eficientes de combater o tráfico de drogas é a guerra econômica – destruição ou redução do patrimônio, das rendas, dos lucros, da capacidade de gerar recursos e das fontes de financiamento do narcotráfico.

O Brasil, acrescentou Patrocínio, mais do que nunca precisa reduzir a oferta e a demanda de drogas ilícitas, fazendo a repressão policial e ao mesmo tempo adotando políticas sociais capazes de reduzir esse problema, resgatar a dignidade dos tóxico-dependentes e promover sua reinserção social, em estreita cooperação com a família, a escola e o trabalho.

– A afirmação do ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, de que o crime está mais



Para Patrocínio, uma das formas mais eficientes de combater o narcotráfico é a guerra econômica

organizado do que nós, não é sinal de derrota ou de capitulação. Ao contrário, significa que estamos prontos e dispostos para a luta, que a batalha será dura e difícil, e que lutaremos até a derrota final do narcotráfico – concluiu Carlos Patrocínio.

Álvaro Dias defende concurso para conselheiros de tribunais

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) registrou sua participação em debate sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que estabelece a realização de concurso público para o cargo de conselheiro dos tribunais de contas. O debate foi realizado com servidores desses tribunais, durante o 11º congresso da categoria, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. O senador ressaltou que o concurso público é um instrumento democrático, que confere impessoalidade e moralidade à administração pública e já está incorporado ao Poder Judiciário. A PEC foi aprovada pelo Senado.

Álvaro Dias explicou que os servidores dos tribunais de contas estão discutindo o que fazer para incrementar o combate à corrupção, e salientou que o país vive um momento em que a sociedade se preocupa principalmente com a ética e com a corrupção. Segundo o senador, o Brasil tem perdido bilhões de dólares em investimentos estrangeiros por estar em 36º lugar no ranking da corrupção elaborado pela ONG Transparência Internacional. Ele lembrou que os grandes grupos econômicos internacionais baseiam-se nesse ranking para escolher os países onde vão investir.

A situação do Paraná também foi



Álvaro Dias afirma que a sociedade se preocupa principalmente com a ética e com a corrupção

lembrada pelo senador ao citar outro ranking, elaborado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, que mede a saúde financeira dos estados. Álvaro Dias observou que o Paraná ocupa a última posição, considerando essa classificação como "surpreendente".

– O Paraná era um estado rico e privilegiado, não precisava de dinheiro federal. Deterioraram as finanças públicas com uma gestão oportunista – afirmou.

O senador acrescentou que a política do atual governo, de concessão de incentivos fiscais e venda de empresas estatais, levou o estado a uma situação de má saúde financeira. "A venda de patrimônio público do Paraná é a grande obra do governo Jaime Lerner", concluiu.

Comissão examina relatórios sobre fiscalização em órgãos públicos

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), reúne-se às 18 horas de hoje para examinar vários relatórios de fiscalização em órgãos públicos encaminhados pelo Tribunal de Con-

tas da União (TCU). Entre eles, encontra-se uma inspeção na área de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRT-SC), que vem sendo acompanhada pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Devedores falam hoje sobre MP das instituições financeiras federais

A medida provisória que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais será discutida em audiência pública hoje, às 10h. A comissão mista que analisa a MP convidou para debater o assunto representantes de entidades que congregam os principais devedores dos ban-

cos federais – Confederação Nacional da Agricultura, Organização das Cooperativas Brasileiras, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação.

A MP reestruturou as dívidas das instituições federais e permitiu a criação da Empresa Gestora

de Ativos, responsável pela recuperação de ativos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. Na última reunião da comissão, a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS) e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) foram eleitos presidente e relator, respectivamente.



Jonas Pinheiro foi eleito relator da comissão mista que analisa a MP sobre as instituições financeiras federais

Comissão discute acordo para combate a vôo ilícito

Instrumento firmado entre o Brasil e o Paraguai prevê capacitação de pessoal para atuar no controle do tráfego aéreo entre os dois países

O acordo de cooperação mútua firmado entre os governos brasileiro e paraguaio para combater o tráfego de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais será apreciado amanhã, a partir das 17h30, pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O parecer do relator, deputado Paulo Gouvêa (PL-RS), é favorável à matéria, cujos principais objetivos são estabelecer a troca de informações e a capacitação de pessoal especializado para atuar no controle do tráfego aéreo entre Brasil e Paraguai.

A comissão também vai deliberar, na mesma reunião, sobre relatório favorável do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) a projeto de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a aplicação das regras de origem previstas no Acor-



Também está na pauta da reunião de hoje agendamento de missões externas de integrantes do colegiado, que é presidida pelo senador Roberto Requião (E)

do Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), de 1994.

Também consta da pauta o agendamento de missões externas de integrantes da comissão, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-RS). À frente do colegiado, Requião acompanhou, recente-

mente, encontro entre as equipes econômicas do Brasil e da Argentina com empresários em São Paulo. E elogiou a decisão de se formar comissão tripartite para estabelecer, no prazo de 15 dias, um processo de salvaguardas comerciais entre os dois países.

Nabor Júnior defende ligação entre o Brasil e o Pacífico através do Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu que a ligação terrestre entre o Brasil e o Oceano Pacífico seja feita através do Acre. Ele elogiou ontem reportagem publicada em *O Estado de S. Paulo* no domingo, relatando como um comboio da transportadora Expresso Araçatuba fez em 13 dias o percurso de 5.300 quilômetros entre Americana (SP) e o porto de Callao, no Peru.

O comboio, carregado de produtos têxteis, atravessou três estados brasileiros — São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso —, a Bolívia e o Peru, conforme o senador. Em sua opinião, se a viagem fosse feita pelo Acre, o percurso seria reduzido em cinco dias.

Nabor Júnior cumprimentou os dirigentes da empresa pela iniciativa e informou que luta há décadas pela ligação terrestre entre os dois oceanos. Segundo ele, acordos bi-



Nabor Júnior disse que o Brasil já realizou a ligação asfáltica entre os dois países, e sugeriu esforço diplomático para que o Peru faça a parte que lhe cabe

laterais firmados por Brasil e Peru determinaram a construção da ligação rodoviária, mas os conflitos internos atrasaram as iniciativas peruanas. O senador destacou que o Brasil, por intermédio do Ministério dos Transportes, está fazendo sua parte, asfaltando a estrada que liga o Acre ao Peru.

— É hora de nossa diplomacia entrar com firmeza e determinação nesse jogo, encaminhando

com os peruanos o cumprimento da parte que lhes cabe — disse.

Nabor assinalou que a ligação rodoviária também interessa aos países banhados pelo Pacífico, que ganharão conexão com o Atlântico. Ressaltou que o percurso tradicional das ligações entre o Brasil e o mercado asiático, partindo de portos do Atlântico, se estende por mais de 12 mil quilômetros, lembrando que nesse mercado estão, entre outros países, Japão, China e Coreia.

Negociação de crédito com Polônia será decidida hoje

Em regime de urgência, o Senado decide hoje se autoriza o governo brasileiro a negociar no mercado internacional um crédito de US\$ 3,4 bilhões que o Brasil tem com a Polônia. Relator da matéria, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) dará em Plenário parecer sobre quatro emendas apresentadas ao projeto concernente a essa autorização.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) incorporou ao projeto emenda do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) permitindo que, do total de créditos do Brasil com a Polônia, 10% possam ser utilizados na compra de armamentos daquele próprio país. Pela emenda, esse equipamento terá de ser destinado às divisões do Exército brasileiro que operam na Amazônia.

Na mesma sessão, o Senado inicia a discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional do senador Moreira Mendes (PFL-RO) dispondo que as informações prestadas ao Legislativo deverão ser classificadas, por quem as remete, como secretas, confidenciais ou reservadas. O texto será analisado nos termos de substitutivo que a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ofereceu à proposta.

Na pauta estão também três projetos de interesse do Superior



Romero Jucá, relator da matéria, dará em Plenário parecer sobre quatro emendas

Tribunal Militar (STM). O primeiro amplia as atribuições do presidente do STM. O segundo cria condições mais flexíveis para o preenchimento das funções de juizes militares. E o terceiro projeto extingue duas auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar.

Também hoje será realizada a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que facultava aos dentistas a acumulação de dois cargos na administração pública. Na última vez em que o texto foi discutido, o senador Roberto Freire (PPS-PE) criticou a proposta, afirmando ser contrário também à duplicidade de empregos permitida aos médicos. Para Freire, é com profissionais num emprego só que melhor se atenderá a população.

Indicação de Matarazzo para embaixador vai ao exame da CRE

A mensagem indicando o secretário de Comunicação da Presidência da República, Angelo Andrea Matarazzo, para o cargo de embaixador do Brasil na Itália será apreciada hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião marcada para as 17h30. A matéria deveria ter sido votada no dia 9, mas o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu vista do parecer do relator, senador Pedro Piva (PSDB-SP), que é favorável. Caso seja aprovado o parecer, a indicação ainda depende da aprovação do Plenário.

A CRE também apreciará textos de acordos internacionais no âmbito do Mercosul, como o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e o Protocolo Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. Outra matéria a ser apreciada é o Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Rou-



Nome de Andrea Matarazzo para embaixador na Itália será submetido, depois, ao Plenário

bados ou Exportados Ilícitamente, celebrado entre os governos brasileiro e peruano, além do 2º Protocolo ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da Organização Mundial do Comércio. Todas as matérias têm pareceres favoráveis.

CAE analisa a isenção de tributos sobre gás natural

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúnem-se hoje, às 10h, para analisar, em regime de urgência, projeto de lei do governo federal que isenta a comercialização de gás natural e carvão mineral destinados à geração de energia elétrica da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e das contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep).

Em defesa da proposta, o governo federal argumenta que a isenção das alíquotas das contribuições para essas atividades pode incentivar o país a diversificar a sua matriz energética. Além disso, segundo o Ministério da Fazenda, a isenção vai resultar em pequena perda de arrecadação se comparada à atividade industrial que pode ser viabilizada com o aumento da oferta de energia, especialmente no momento de crise que o setor atravessa.

Antes de seguir para o Plenário, a matéria será discutida também na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), em reunião marcada para a tarde de hoje. O relator na CAE é o senador Bello Parga (PFL-MA) e na CI, Fernando Matusalém (PPB-RO).

A CAE tem outros 11 itens na sua pauta, como o projeto de lei da Câmara que aprova o novo pla-

no de carreira para os servidores do Tribunal de Contas da União (TCU). Como relator da matéria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é favorável à proposta.

Em caráter terminativo, a comissão analisa relatório do senador Freitas Neto (PFL-PI) recomendando a aprovação do projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que institui o Programa Nacional de Bolsas de Estudos. A proposta já tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e ainda deve passar pela Comissão de Educação (CE). Segundo o projeto, a bolsa somente deve ser concedida a estudantes de baixa renda que a rede pública não tiver condições de receber. Ainda assim, a admissão do estudante está condicionada à existência de vaga em estabelecimento particular de ensino.

Outra proposta que tramita terminativamente na CAE é o projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que inclui a apicultura (criação de abelhas) entre as atividades que podem ser alvo de programas de estímulo do poder público. Segundo o relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), o Brasil é grande importador de mel e produtos derivados da apicultura, e esse é um dos motivos pelos quais a atividade merece receber apoio oficial.



A proposta de Edison Lobão cria dispositivos legais para prevenir falsificação de obras



Francelino Pereira é o autor do substitutivo que será votado pelo Plenário

Senado vota proteção a obra de arte visual

Projeto, que será examinado na quinta-feira, pune falsificador com até seis anos de prisão. Pena para quem expuser obra fraudada chega a cinco anos

Depois de aprovar leis protegendo a propriedade industrial, a propriedade intelectual sobre programas de computador e sobre o direito autoral, o Senado deverá aprovar proposta protegendo a obra de arte visual. Será votado nesta quinta-feira substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria dispositivos legais para a prevenção e repressão à falsificação de obras de arte visuais.

Definindo-as como criações do espírito, o projeto protege as se-

guintes obras: desenho, pintura, gravura, escultura, litografia, arte cinética, ilustrações, cartas geográficas; projetos e esboços concernentes a engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência; e obras fotográficas ou produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia.

O texto autoriza o Executivo a criar, no Ministério da Cultura, grupo de especialistas responsável pela elaboração de opinião técnica oficial sobre obras de arte, que deverá promover a cataloga-

ção oficial das obras visuais brasileiras. O ministério também fica autorizado a cadastrar iniciativas particulares de registro de obras.

O projeto pune com dois a seis anos de reclusão quem falsificar obra de arte visual, e impõe pena de um a cinco anos para quem expuser à venda ou permutar arte fraudada. Tendo consultado especialistas e representantes do setor das artes plásticas no Brasil, Lobão disse que seu objetivo é corrigir a carência de proteção jurídica rigorosa contra a fraude ou falsificação nesse assunto.

CPI das ONGs recebe o deputado Sérgio Carvalho

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação irregular de organizações não-governamentais recebe hoje, às 17h30, o deputado federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Grilagem de Terras Amazônicas, realizada na Câmara dos Deputados.

Presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a comissão abordará a questão da grilagem de terras em Roraima e as denúncias contra a Associação Amazônia. De acordo com a senadora Marina Silva (PT-AC), autora do requerimento de convocação do deputado, a comissão pretende, com o depoimento de Sérgio Carvalho, comparar os levantamentos realizados pela CPI da Assembléia de Roraima com o que se verificou na Câmara dos Deputados.

Mozarildo preside a comissão que investiga atividades de ONGs



Autoridades podem ter que informar se dados são sigilosos

A proposta de emenda constitucional que trata do sigilo de dados enviados pelo Executivo ao Congresso, que os senadores começam a discutir hoje, em Plenário, estabelece que o ministro de Estado ou outra autoridade terá de informar o que pode ser divulgado e o que deve ser mantido em segredo. Como não existe hoje essa exigência, boa parte das informações solicitadas por senadores é mantida sob sigilo.

Trata-se de proposta do senador Moreira Mendes (PFL-RR), que está recebendo um substitutivo da relatora, Maria do Carmo Alves (PFL-SE). A idéia básica do projeto é tornar mais eficiente a fiscalização do Congresso sobre os atos do Executivo. Como os dados solicitados atualmente não são separados entre os públicos e os sigilosos, os presidentes do

Senado e de suas comissões evitam divulgar a todos os senadores o seu conteúdo. Assim, mesmo informações que podem ser públicas ficam guardadas, o que, na opinião do senador Moreira Mendes, prejudica o trabalho de fiscalização do Congresso.

Pelo artigo 50 da Constituição, o Congresso pode solicitar informações ao Executivo, sigilosas ou não. Se algum senador divulgar informações que teriam caráter secreto, pode ser punido com base no Código de Ética e Decoro Parlamentar. A divulgação de informações repassadas aos senadores por autoridades do governo em reuniões secretas de comissões, inclusive CPIs, também pode levar o parlamentar à punição. A proposta em discussão busca delimitar claramente o que pode e o que não pode ser divulgado.



Moreira Mendes: sistemática atual prejudica trabalhos de fiscalização do Congresso



Relatora da proposta, a senadora Maria do Carmo Alves apresentou substitutivo

Iris defende medidas contra paraísos fiscais

Para o senador, combate ao terrorismo deve incluir o fim de instituições financeiras, em mais de 40 países, que "lavam dinheiro ilegal"

Em discurso ontem no Plenário, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que "não basta pegar os terroristas". Segundo disse, "é preciso também dar um golpe nos paraísos fiscais". Iris Rezende acrescentou que a humanidade "já não aceita mais que existam mais de 40 países onde se lava dinheiro obtido de forma ilegal, como tráfico de drogas, contrabando de armas, corrupção, roubo de dinheiro".

— Os países ricos deveriam entender que existem criaturas revoltadas em praticamente todas as nações pobres que não dão muito valor à vida. Para essas pessoas, a morte será um descanso. São criaturas revoltadas com as injustiças sociais e é desse meio que saem terroristas hoje procurados — opinou.

Os paraísos fiscais, conforme Iris Rezende, representam "a pior face" de um mundo onde "a elite não dá a menor importância se no país vizinho, ou em

seu próprio país, existem pessoas morrendo de fome". Ele considerou alentadoras as "vozes se levantando em todo o mundo" contra os paraísos fiscais.

O senador afirmou que o mundo inteiro vai aplaudir os países ricos se aproveitarem o momento atual e "derem um golpe final nos paraísos fiscais". Disse também que, agindo assim, esses países estarão cortando algumas das fontes que financiam o terrorismo internacional. Para ele, "a humanidade considera inadmissível" que existam países que "mudam suas leis em 24 horas" para atrair capitais, não interessando a origem do dinheiro.

— A revolta de milhões de injustiçados de todo o mundo vem não apenas do estado de abandono em que se encontram. As pessoas também são



Para Iris Rezende, o mundo vai aplaudir quando houver "o golpe final" nos paraísos fiscais

revoltadas porque as elites não lhes dão a menor chance de melhorar de vida — finalizou Iris Rezende.

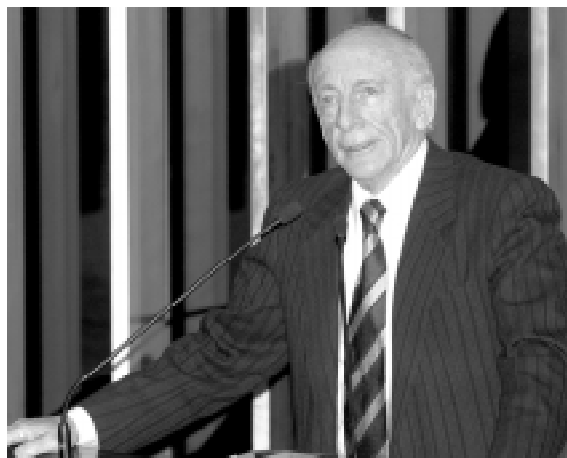
Estados Unidos usam terrorismo, diz Lauro

Os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos colocaram em cheque a noção ocidental de democracia, avaliou ontem o senador Lauro Campos (PDT-DF). Em pronunciamento sobre as agressões aos direitos individuais cometidas em nome da segurança da sociedade, ele afirmou que o enorme arsenal americano, capaz de destruir o mundo 25 vezes, também significa uma espécie de terror.

— Esta guerra é do terrorismo contra o terrorismo, porque é um terror para o mundo saber que os Estados Unidos têm essa capacidade de destruição — disse o senador.

Para Lauro Campos, o medo das pessoas é utilizado para "justificar uma proteção despótica", servindo também para que as pessoas acabem por querer algum tipo de autoritarismo.

— Nos Estados Unidos têm havido agressões ao direito à privacidade, porque há o direito à fiscalização sem qualquer ordem judicial, desde que o suspeito possa ser, de alguma forma, ligado ao terrorismo — disse o senador.



Lauro Campos considera que atentados nos EUA questionam a noção de democracia

A sociedade capitalista vive, conforme Lauro Campos, "a ilusão da democracia". Para ele, não se percebe que "a democracia é totalitária, determinada pela distribuição de renda". Afirmou que essa é também a realidade no Brasil, citando como exemplo as relações entre o governo e o parlamento. Para o senador, o Legislativo brasileiro "é vítima do despotismo do governo", quem "de fato legisla e ainda pressiona os parlamentares" com nomeações e exonerações no Executivo.

Lauro Campos reservou parte de seu pronunciamento para

ironizar o presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo disse, depois de se ter definido neosocialista, o presidente se disse neokeynesiano. A teoria de John Maynard Keynes, explicou, preconiza a intervenção estatal na economia com o objetivo de conduzir ao pleno emprego.

Na avaliação de Lauro Campos, o governo Fernando Henrique não tem condições de intervir na economia, gastando e dando emprego, sem que isso signifique acionar a inflação. "O governo FHC mente mais uma vez", disse o senador.

TV Senado debate ao vivo soluções de combate à fome

O programa *Cidadania*, da TV Senado, teve ontem uma edição especial ao vivo, com três horas de duração, para tratar do problema da fome. Com vários convidados e participação do público, o programa foi ao ar às 21h.

O maior programa ao vivo já exibido pela TV Senado teve o objetivo de marcar o Dia Mundial da Alimentação, celebrado no dia 16. Entre os convidados, dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ); José Tubino, representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); a senadora Heloísa Helena (PT-AL); a diretora do Departamento de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Denise Coitinho; o presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab), Francisco Dauchivani; e Anna Maria de Castro, do Instituto Josué de Castro (RJ).

Gravado no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o programa teve uma platéia atuante, com participação no debate de representantes do Instituto da Cidadania, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Departamento Intersindical de

Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), entre outros.

Os telespectadores puderam encaminhar perguntas por e-mail, telefone (0800) e fax. O *Cidadania* especial sobre a fome foi apresentado pelo jornalista Beto Almeida. A equipe de produção foi coordenada pelos jornalistas Max Fabiano e Leila Daher.

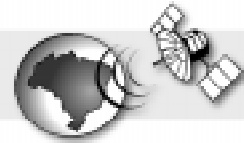
A TV Senado já vem veiculando, ao longo de sua programação, mais de meia centena de depoimentos de estudiosos do assunto e de flagelados da seca nordestina. Além disso, mais de 30 senadores já gravaram a opinião sobre o tema. Todos os depoimentos foram exibidos nos intervalos do programa.

Além disso, a TV Senado gravou depoimentos especiais de Ferreira Gullar, Celso Furtado, Carlos Heitor Cony, Oscar Niemeyer e Gilberto Gil.

DOAÇÕES

Durante toda a semana, a TV Senado estará dedicando especial atenção ao tema da fome em sua programação. O programa ao vivo abriu os debates. Haverá ainda outras matérias especiais sobre o tema. No fim de semana, será exibido o *Telefood*, produzido pela FAO, que visa arrecadar alimentos e doações para os necessitados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Entrevista Especial* — O sen. Tião Viana e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética falam sobre os limites éticos da genética
7h30 — *Entrevista* — O prof. Leonardo Boff fala sobre a fome e a ecologia social
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Andropausa
9h — *As Cores do Brasil* — Vila Planalto
9h30 — *Entrevista* — O jornalista Paulo José Cunha fala sobre mídia e fome
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Comissão de Educação
13h30 — *Entrevista Especial* — O sen. Tião Viana e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética falam sobre os limites éticos da genética
14h30 — Sessão Plenária
Logo após — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul — Discussão sobre o PDL 325/2001 sobre a cooperação Brasil/Paraguai no combate ao tráfico de aeronaves em atividades ilícitas (ao vivo)
19h30 — *Entrevista Especial* — O sen. Tião Viana e o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética falam sobre os limites éticos da genética
20h30 — *Entrevista* — O prof. Leonardo Boff fala sobre a fome e a ecologia social
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do

Senado

21h30 — CPI dos ONGs — Audiência Pública para ouvir o deputado Sérgio Carvalho — relator da CPI da Grilagem da Câmara dos Deputados
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* — em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
9h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
13h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviço
20h30 — *Tanto Mar* — Música em língua portuguesa pelo mundo (reapresentação)
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — Jazz & Tal

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Emilia quer derrubar vetos ao Plano de Educação

Um dos dispositivos vetados pelo presidente da República aumentava os investimentos no setor de 4,6% para 7% do Produto Interno Bruto. A senadora também afirmou que considera justa a greve dos professores universitários

Fogaça defende negociação entre governo e professores em greve

Ao registrar a passagem do Dia do Professor, o senador José Fogaça (PPS-RS) defendeu a negociação e o diálogo para solucionar o impasse entre o governo e os professores das universidades federais, em greve há mais de 40 dias. Ele comentou que “a luta por melhores salários e condições de trabalho é procedente”, mas reconheceu que o governo também enfrenta a escassez de recursos.

— A política não é um jogo entre uma verdade e uma mentira apenas. Seria simples demais. Às

vezes uma equação política é uma solução entre duas verdades. De um lado, a verdade dos professores, que têm seus direitos, suas necessidades, sua história, seu trabalho, seus compromissos. Do outro, o problema do governo, que tem dificuldades também do ponto de vista dos recursos para fazer frente a essas demandas — afirmou Fogaça.

O senador prestou homenagem especial aos professores do ensino público e particular do Rio Grande do Sul. Segundo Fogaça, nem sempre os docentes do ensino



Fogaça também homenageou os professores gaúchos

no privado são lembrados ou têm seu trabalho destacado. “Eles também lutam com dificuldades, são imensamente dedicados à sua tarefa, vivem com muita dignidade e intensidade o seu papel social e merecem nossa homenagem e reconhecimento.”

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) conclamou os parlamentares, em discurso ontem em Plenário, a derrubar os vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação. Emilia, que foi professora durante 23 anos, destacou o veto presidencial que impe-

de os investimentos no setor aumentarem de 4,6% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Ela criticou “a falta de sensibilidade do governo federal” em relação aos professores.

Entre outros dispositivos vetados pelo presidente Fernando Henrique, a senadora ressaltou também o que ampliaria o Programa de Garantia de Renda Mínima, para atender às crianças em idade pré-escolar, e o que aumentaria em mais de 40% a oferta de vagas para o ensino público. Para Emilia, o argumento de que existe incompatibilidade entre o Plano Plurianual e o Plano de Educação não justifica os vetos.

— Que se modifique o PPA e não o Plano de Educação — afirmou a senadora.

Na data em que se celebra o Dia do Professor, a senadora lamentou “não ter o que comemorar”. A seu ver, o profissional que se dedica à educação no Brasil está entre “os mais mal remunerados do mundo”. A senadora disse que



Para Emilia, “falta sensibilidade” ao governo federal

considera justa a greve dos professores universitários, e acrescentou que o fato de a categoria não ter suas reivindicações atendidas comprova o descalço governamental em relação ao setor.

Ainda segundo Emilia, a atuação de Fernando Henrique na educação “tem sido tí-

mida”, apesar da promessa feita durante a campanha eleitoral de priorizar o ensino. Ela lembrou que 8,5 milhões de jovens e crianças estão fora da escola, menos de 7,5% da população tem acesso ao ensino superior e apenas 3% dos estudantes negros provenientes das escolas públicas conseguem chegar à universidade.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) cumprimentou Emilia pelo discurso e disse que o governo de Fernando Henrique foi caracterizado por “ter transformado a educação em mercadoria”. O senador disse que somente em Brasília, em poucos anos, surgiram inúmeras instituições de ensino superior. Com baixos salários, acrescentou Lauro, muitos professores com pós-doutorado têm abandonado as universidades públicas para dar aulas em instituições particulares, em que a mensalidade paga por quatro alunos é suficiente para remunerar um professor de universidade pública.

Mauro sugere diálogo para pôr fim à paralisação

Em pronunciamento ontem no Plenário, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) homenageou o Dia do Professor e pediu o início do diálogo entre o governo e os docentes e servidores das universidades pelo fim da greve que paralisa as instituições federais de ensino superior há

43 dias. O parlamentar afirmou que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, “encastelou-se em seu gabinete”, cassando limitares para manter bloqueados os salários, inclusive dos professores que não aderiram à greve.

— A comunidade acadêmica e a opinião pública esperam do ministro um gesto de bom senso e de grandeza, materializado na reabertura das negociações e dos entendimentos com os grevistas —



Mauro Miranda: Paulo Renato “encastelou-se em seu gabinete”

declarou o senador, sugerindo que os professores articulem apoio no Congresso Nacional para “conquistar o melhor aumento possível, diante das dificuldades orçamentárias do país”.

Para Mauro Miranda, a sociedade não pode aceitar “a situação a que está relegada a educação superior: baixos salários, vagas ociosas, falta de investimentos e poucos recursos para a manutenção das instituições”. O quadro não é diferente nas faculdades privadas, disse o senador.

— São faculdades isoladas, sem tradição, sem interesse institucional em pesquisa e criação de novos conhecimentos, com remuneração aviltante para os docentes e com universitários trabalha-

dores esmagados por mensalidades cada vez mais caras — lamentou o senador.

No ensino médio, avaliou Mauro Miranda, a situação é parecida. “A formação é deficiente e as condições de trabalho adversas, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares”, disse. O parlamentar reconhece os avanços no ensino fundamental, mas questiona por que os benefícios do Fundo de Valorização do Magistério (Fundef) não são estendidos ao ensino médio.

— Somente assim todos os alunos dessa ampla faixa etária poderão integrar-se à plena cidadania e contribuir para o desenvolvimento brasileiro — disse.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) apoiou os apelos de Mauro Miranda. Ele disse que “é fundamental para o país” que governo e professores encontrem solução para o impasse.

Cabral elogia Mesa por manter no cargo secretário e diretor

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) cumprimentou o presidente da Casa, Ramez Tebet, e os demais integrantes da Mesa do Senado pela decisão em manter no cargo o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, e o diretor-geral Agaciél da Silva Maia. Para ele, que disse acompanhar o trabalho dos dois há vários anos, a decisão é um “reconhe-

cimento aos serviços prestados” por ambos.

Cabral afirmou que Carreiro é um servidor que “não busca o palco iluminado”, mas que desempenha as funções “de forma quase anônima”. Ao elogiar o trabalho de Agaciél, o senador pelo Amazonas lembrou sua atuação quan-



Cabral ressaltou o trabalho de Carreiro e Agaciél

do chefiava a Gráfica do Senado, durante a Assembleia Nacional Constituinte, o que acabou por credenciá-lo para exercer a direção geral do Senado. Presidindo a sessão, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) associou-se às congratulações.

Ramez Tebet pede solução que garanta retorno às aulas

O presidente do Senado, Ramez Tebet, pediu que o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, encontre “o mais rápido possível” uma solução para o retorno às aulas nas universidades federais. Há 43 dias, professores e servidores estão em greve por melhores salários e condições de trabalho.

Na presidência da sessão não-debaterativa de ontem, Tebet afirmou que a Mesa do Senado se associava às homenagens feitas pelos senadores Emilia Fernandes (PT-RS),



Tebet lamenta que os alunos estejam sendo prejudicados

Mauro Miranda (PMDB-GO) e Iris Rezende (PMDB-GO). “Seria de bom alvitre, permitam-me, senhores senadores, que o entendimento fosse encontrado no dia de hoje, o dia consagrado ao mestre. Aí, sim, haveria o coroamento do esforço de todos quantos lutam para a solução desse

impasse que é muito grave”, sugeriu Ramez Tebet.

Para o presidente do Senado, pior do que os professores estarem sem receber é os alunos estarem sem aulas.

Carlos Bezerra pede campanha de trânsito

Ele dirigiu apelo ao governo para que promova a conscientização de motoristas e da população em geral quanto a riscos de acidentes, com atenção especial para as formas corretas de acomodar crianças

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apelou ao governo federal para que realize uma intensa campanha publicitária visando conscientizar os motoristas e a população em geral quanto aos riscos dos acidentes automobilísticos, com atenção especial para o esclarecimento das formas corretas de acomodar crianças e gestantes no interior dos veículos.

Segundo o senador, pesquisa realizada recentemente pela Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, no Rio de Janeiro, apontou a falta do uso do cinto de segurança no banco traseiro como a principal causa de lesões traumáticas entre crianças em acidentes de automóvel. Segundo médicos, informou ele, uma criança sem a proteção do cinto pode sofrer lesões em curvas e freadas bruscas, e não apenas quando há ocorrência de acidente.

Carlos Bezerra lembrou que, embora a frota brasileira seja sete vezes menor do que a norte-americana, o trânsito no Brasil produz um número de mortos e feri-



Número de mortos em acidentes no Brasil é similar ao registrado nos EUA, que tem uma frota sete vezes maior, disse Carlos Bezerra

dos similar ao verificado nos Estados Unidos. Até a entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro, em 1998, cerca de 40 mil pessoas morriam todos os anos em acidentes de trânsito e outras 500 mil sofriam lesões, informou ele, acrescentando que esse número foi reduzido em 10%, a partir do novo código.

O senador ressaltou que 62% dos leitos de traumatologia dos hospitais do Brasil são ocupados por acidentados de trânsito e ci-

tou pesquisa de especialista da Universidade de Brasília segundo o qual o país perde por ano cerca de R\$ 20 bilhões com os acidentados.

A persistência de índices elevados de acidentes e vítimas é atribuída por Carlos Bezerra à resistência da população em obedecer às leis de trânsito. Ele lembrou que os ocupantes dos assentos traseiros dos veículos raramente usam cinto de segurança, citando ainda o uso abusivo de telefones celulares por parte dos motoristas, além da desobediência geral à faixa de pedestres em todo o país, com exceção do Distrito Federal.

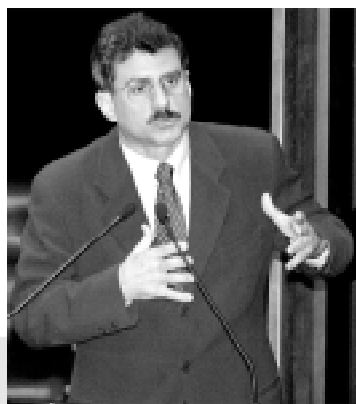
Carlos Bezerra classificou a violância no trânsito como uma "verdadeira questão de saúde pública no Brasil", e ressaltou que o problema deve ser combatido por meio de um trabalho educativo firme e continuado que vise à redução do número de mortes em acidentes de automóveis e do número de pessoas, geralmente jovens, que ficam deficientes devido a seqüelas.

Jucá elogia desempenho do sistema de transporte rodoviário no Brasil

Ao congratular o Ministério dos Transportes pela publicação do *Anuário Estatístico do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional Coletivo de Passageiros*, relativo ao ano de 1999, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que o conteúdo do informativo reflete os acertos da política adotada pelo atual governo para o setor.

O *Anuário*, conforme Jucá, apresenta dados sobre a movimentação de passageiros, composição de frotas e índices de acidentes ocorridos nos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional coletivo.

Jucá observou que o desenvolvimento econômico e social de um país depende de um sistema de transportes vigoroso, que propicie a integração de suas regiões, além da expansão e melhoria dos



Romero Jucá comentou *Anuário*, que, segundo disse, reflete acerto da política do governo para o setor

serviços ofertados.

Ao destacar algumas informações contidas no *Anuário*, o senador ressaltou a importância do setor de transporte rodoviário coletivo para a economia, salientando que cerca de 200 empresas atuam no segmento, sendo res-

ponsáveis pelo transporte de cerca de 13 mil veículos e pelo emprego de quase 23 mil motoristas.

Quanto ao fluxo de linhas internacionais, Jucá ressaltou que o Brasil transportou cerca de dois milhões de passageiros para o Paraguai durante o ano de 1999. Para a Argentina, afirmou o senador, mais de 270 mil pessoas foram transportadas no mesmo período, e para a Bolívia, acrescentou, o Brasil realizou 730 viagens.

O senador informou também que a Viação Anapolina liderou a listagem, apresentada pelo *Anuário*, das empresas de transporte rodoviário interestadual que mais movimentaram passageiros em 1999. A Anapolina, disse, transportou 20 milhões de passageiros, seguida da Taguatour, de Brasília, que movimentou cerca de 10 milhões de pessoas.

Alcântara lembra importância do esporte para o deficiente

Ao ressaltar a importância da prática desportiva para a inserção social de pessoas portadoras de deficiência física ou mental, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o trabalho desenvolvido por instituições que resgatam a cidadania de portadores de deficiên-



Alcântara: no Brasil são limitadas as políticas sociais para deficientes

cia por meio do esporte. Ele citou várias entidades do gênero, destacando, em especial, a atuação da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (Abradecar).

O senador disse que políticas públicas para portadores de deficiência geralmente são orientadas para o setor do trabalho e emprego, enquanto as áreas da educação, da saúde e "particularmente a do lazer" são esquecidas. Ele defendeu o esporte como uma maneira eficaz de reabilitar o deficiente e inseri-lo socialmente.

Alcântara informou que a estrutura do esporte para portadores de deficiência no Brasil tem apresentado evolução considerável,

destacando o êxito obtido pela delegação brasileira nas Paraolimpíadas de Sidney, na Austrália.

Na avaliação do senador, a possibilidade de unir o processo de inserção social à prática esportiva é um bom indício de que a sociedade está buscando superar os preconceitos e

rompendo tabus em relação à limitação do deficiente.

Lúcio Alcântara lamentou que, embora o Brasil abrigue um número expressivo de pessoas portadoras de deficiências, ainda sejam limitadas as políticas sociais voltadas para esse grupo, que fica "dependente de atos de caridade ou favores".

Ele disse que o trabalho desenvolvido pela Abradecar e por outras instituições, como a Associação Brasileira de Desportos para Cegos e a Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas, mostra o enorme alcance do esporte no resgate da qualidade de vida dos portadores de deficiência.

Plenário comemora hoje o Dia Mundial da Alimentação

O Plenário comemora hoje, na parte destinada à hora do expediente, o Dia Mundial da Alimentação, conforme requerimento apresentado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR). Essa data foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e é lembrada em mais de 150 países. Destina-se a debater a segurança alimentar, buscar soluções para o problema da fome no mundo e garantir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para todos os cidadãos.

Este ano, o tema central da campanha é *Juventude contra a Fome*, uma tentativa de envolver a participação juvenil nos programas de erradicação da fome. Os jovens representam um quinto da população mundial, daí a importância de sua participação efetiva no esforço de garantir alimentação para todos.

Estão inscritos como oradores os senadores Osmar Dias, Ademir Andrade (PSB-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).